

ONGs AMBIENTALISTAS DA REDE CERRADO: UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA?

Nízia Alvarenga¹

RESUMO: Este artigo aborda a questão dos processos de mudanças sociais em curso na perspectiva apresentada por Guattari. O processo prático e reflexivo da ecologia coloca em primeiro plano a relação homem-natureza e exige a percepção do homem como parte da natureza. Ao mesmo tempo, num único e mesmo movimento, põe em cheque as relações de exploração e de dominação entre os homens, sugerindo mudanças de valores no enfermo de solidariedade e da cooperação. Procura-se observar e refletir sobre as práticas desenvolvidas nas ONGs do Cerrado e apreender as tensões entre as formas societárias de sociabilidade e os valores a ela correspondentes presentes na sociedade contemporânea e um possível ressurgimento da comunidade e os valores a ela correspondentes.

TERMOS PARA INDEXAÇÃO: comunidade, ONGs ambientalistas, mudança de valores

ABSTRACT: This work studies the currents social change process from a ecological view presented by Guattari. The praxis reflexive of the ecology puts at the first place the relation man-natur and considers the man as part of the natur while contesting the relations of exploitation and domination between the people. A change of values is suggested in order to reach more solidarity and cooperation. Looking for these values, the experience of some ONGs located in the cerrado is discussed. The analysis focuses the strains related to sociability forms in communities and societies.

A sociedade contemporânea está imersa em dilemas postos pela dinâmica dos processos sociais que estão operando mudanças nas mais diversas esferas da vida social e exigem transformações amplas e profundas no conjunto das relações sociais.

A questão ecológica emergiu nas últimas décadas e vem se constituindo em um espaço onde é possível equacionar várias dimensões dos dilemas que enfrentamos e levantar alternativas. É um tema que atravessa a dimensão política das relações de poder, a dimensão social das formas de sociabilidade e a dimensão cultural das significações imaginárias sociais instituídas e instituintes, isto é, em processo de instituição. Na acepção de Guattari (1990), a ecologia se apresenta em três registros: do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade. Foi no âmbito do meio ambiente que a discussão ecológica mais avançou, devido a uma conscientização inadiável de que o processo civilizatório do capitalismo industrial vem produzindo efeitos destrutivos das condições de vida no planeta e de que as ações para sustar, ou minimamente reduzir tais efeitos, são urgentes. O debate vem produzindo discursos teóricos que equacionam o problema, desde a posição mais radical de "crescimento zero" até as

teses do desenvolvimento sustentável, todas esbarrando nos obstáculos da vontade política e dos interesses constituídos para serem implementadas.

Em um esforço de síntese, podem-se apontar as tendências teóricas que se contrapõem e explicitam os diferentes interesses em jogo e as diferentes concepções que sustentam diferentes projetos de sociedade. Dentre as tendências que reconhecem a centralidade da dimensão política no equacionamento do problema ecológico, a reflexão gira em torno da conceituação do desenvolvimento sustentável que, em linhas gerais, refere-se à busca de uma harmonização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e que é o eixo da construção do projeto de sociedade que se quer implementar. Viola e Leis (1995) classificam em três categorias as abordagens do desenvolvimento sustentável: a estatista que considera a qualidade ambiental como bem público, objeto de intervenção normativa e reguladora, garantida por mecanismos de comando e controle; a comunitária, que atribui às organizações de base o papel predominante na transição para uma sociedade sustentável, prioriza a equidade social frente à eficiência alocativa e está muito presente nas ONGs do Terceiro

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Mundo, e, finalmente, a do mercado, que defende a transição para uma sociedade sustentável capitaneada pela lógica intrínseca ao mercado, garantidora da apropriação privada dos recursos naturais com desdobramentos na qualidade ambiental e na expansão dos consumidores verdes, priorizando a eficiência alocativa, frente à equidade social.

Este sucinto quadro permite que se vislumbrem os conflitos de interesses que perpassam a questão ecológica e os projetos de sociedade subjacentes.

O processo prático reflexivo da ecologia chama para o primeiro plano a relação homem-natureza, questionando a visão sujeito-objeto e exigindo a percepção do homem como parte da natureza. Ao mesmo tempo, em um único e mesmo movimento, coloca em cheque as relações de exploração e de dominação entre os homens, desencadeando uma mudança de valores que vem apontando no sentido da solidariedade e da cooperação. No registro do meio ambiente, é visível sua face universal que inclui o planeta como ecossistema e sua face particular que guarda as especificidades locais. Nas práticas locais são cada vez mais freqüentes as formas comunitárias de organização das atividades.

Hoje, é freqüente encontrar na literatura preocupada com as questões do desenvolvimento e com os rumos do processo de mudanças sociais em curso a constatação do ressurgimento da comunidade e dos valores a ela correspondentes. Porém, como falar de comunidade em circunstâncias sociais tão marcadas pelas características opostas a ela? E, mais ainda, de que comunidade se está falando?

Retomando Tönnies, o clássico no tratamento teórico dos conceitos de comunidade e sociedade, a comunidade remete à vida em comum, aos sentimentos compartilhados, às crenças, costumes e valores comuns, ao pensamento atravessado pelos sentimentos e emoções e à unidade de meios e fins. Na comunidade, as formas de sociabilidade estão fundadas na cooperação, na solidariedade, no compartilhar, na afeição. Na sociedade, as formas de sociabilidade se definem pela impessoalidade, pela competitividade, pela busca de vantagens individuais, pelo cálculo do maior benefício a ser alcançado pelo indivíduo, pelo domínio da troca mercantil. Os meios e os fins se separam e o pensamento se autonomiza com relação às emoções, permitindo que a escolha dos meios para alcançar os fins apresentem uma racionalidade

que atende aos interesses individualizados, se contrapondo aos interesses da coletividade. Em troca, na comunidade, meios e fins não se desvinculam e o ato individual apenas reafirma os interesses do coletivo que se expressam em sua vontade que é uma e a mesma com a coletividade. Nesta diferenciação, segundo Miranda (1995), é de grande valia a noção de razão, que é, para Tönnies, uma categoria histórica que se constrói em referência aos valores comunitários ou societários. A racionalidade da ação, pautada pelos valores comunitários, visa a uma fruição compartilhada positivamente pela coletividade unificada. A razão na comunidade conserva a unidade entre inteligência, memória e sensibilidade e exprime a unidade interior-exterior do indivíduo com relação à coletividade e à natureza. A racionalidade de uma ação orientada em relação aos valores societários busca um fim para si mesmo e uma fruição individualizada; o cálculo e a oportunidade são elementos constitutivos da razão societária e exprimem a divisão que se processou entre o indivíduo e o meio, instalando a competitividade entre todos e definindo uma racionalidade da ação que se concretiza na busca de vantagens individuais, em oposição ao meio.

Lash (1997), ao se referir à sua compreensão de comunidade, ressalta a idéia de significações, práticas e obrigações compartilhadas. Para ele, as comunidades atuais são comunidades reflexivas, isto é, seus membros participam por escolha, há envolvimento afetivo, as orientações se dão por costumes (*sitten*) e se encontram em campos, no sentido dado por Bourdieu.

Maffesoli é outro pensador contemporâneo que afirma o ressurgimento do ideal comunitário, da cultura do sentimento e aponta para a estetização da vida, para a predominância do cotidiano, para a reatualização do doméstico.

Dowbor (1996), ao discutir os problemas colocados pelo processo de globalização econômica e a nova hierarquia dos espaços, chama a atenção para o fato de que a *“humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários”* (1996:71). A solidariedade, para ser exercida, exige que o outro se torne uma pessoa, carregada de afetos e emoções e, portanto, a quebra do anonimato próprio da sociabilidade marcada pela impessoalidade, a indiferença e o cálculo racional do capitalismo. Aponta ainda um movimento no

sentido de ultrapassar a atual dicotomia público/privado e o surgimento de um espaço público comunitário como alternativa para se construir o lastro de uma outra forma de organização social.

Formas variadas de associativismo vêm proliferando no âmbito da sociedade civil e configurando movimentos de defesa e reação cidadã, inspirados nas análises que apontam para o caráter predatório e iníquo da exploração capitalista, da natureza e do homem. Estes movimentos, freqüentemente inspirados no ideário ecológico, procuram recuperar as relações de solidariedade e cooperação entre os homens e entre estes e a natureza.

As ONGs fazem parte desse movimento associativista. São organizações estruturadas, localizadas fora do aparato do Estado, sem fins lucrativos e voltadas para produção de bens e serviços públicos e, via de regra, obtêm seus recursos por meio de projetos submetidos a agências financiadoras e/ou empresas privadas. Seus membros são voluntários que têm como meta a realização de algum ideal voltado para o atendimento de necessidades do outro. São organizações que respondem a necessidades coletivas e freqüentemente devem combinar uma atividade executada em moldes não capitalistas e oferecer estes produtos no mercado. Nessa medida, é uma forma alternativa ao padrão capitalista de produção para o mercado visando ao lucro e preso aos cálculos de custo/benefício.

Estas estratégias alternativas de sobrevivência parecem indicar uma tendência emergente em expansão, empurradas pela conjuntura econômica contemporânea marcada por profundas alterações provocadas pelas tecnologias da automação e da informação. A automação dos processos produtivos, que dispensam cada vez mais o trabalho de milhares de trabalhadores e exige alterações na qualificação da mão de obra, tem como resultado imediato, e já vivido por contingentes cada vez maiores de trabalhadores, o desemprego crescente. Certamente, os desdobramentos desse processo em curso, de absorção pela sociedade de novas tecnologias, atinge todas as dimensões da vida social de forma ainda não plenamente amadurecida e tampouco avaliada. Entretanto, já é visível o movimento da sociedade civil na direção de procurar soluções para os problemas de sobrevivência fora dos caminhos instituídos, do Estado e do mercado.

É esta percepção dos processos sociais contemporâneos que suscitaram as perguntas que se seguem: as condições econômicas contemporâneas de estreitamento do mercado de trabalho formal, associadas às características das ONGs, podem fazer delas um campo de experiências alternativas, impelidas pelas condições precárias de luta pela sobrevivência de setores crescentes da população? Ecos dos discursos comprometidos com a transformação social ressoam nas ONGs e fazem delas espaços de tensão entre tendências contraditórias? A condição de exclusão das comunidades-alvo das ONGs faz delas agentes potenciais de implementação de práticas de desenvolvimento sustentável no sentido de criar outra relação dos homens entre si e com a natureza? A solidariedade e a ajuda mútua, baseadas no trabalho voluntário, vêm ganhando espaço para a solução de necessidades não atendidas pelas vias oficiais? Os valores de tipo comunitário se concretizam em objetivos que, para serem alcançados, exigem a prática da cooperação?

As lutas travadas em torno do tema ambiental e em defesa da qualidade de vida têm encontrado nas organizações não-governamentais (ONGs) um ator privilegiado, em franca expansão na última década. Disso decorre a escolha das ONGs que atuam na chamada região do Cerrado, para constituírem nosso universo de pesquisa. Essas ONGs formam uma rede que começou a ser articulada pela primeira vez, na Eco 92. Resultados recentes (fevereiro/99) de pesquisa realizada pela Rede Cerrado mostram que sua área de abrangência se estende aos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Maranhão, Bahia, Distrito Federal, Tocantins, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima.

Desde 1997, quando iniciamos os trabalhos de pesquisa, participamos de quatro encontros da Rede Cerrado de ONGs, realizados um em julho de 1997, em Goiânia, o segundo em fevereiro de 1999, em Diorama/GO o terceiro em Montes Claros, em maio de 1999 e o último em junho de 2000, em Brasília.

A observação das ONGs mais efetivamente participantes da Rede Cerrado, presentes nos Encontros da Rede, sugere que estas se caracterizam pela auto-afirmação de seu caráter alternativo, são muito zelosas de sua autonomia frente aos setores governamentais e aos órgãos financiadores, estão atentas à democracia e ao pluralismo, assim como estão comprometidas com a mudança social que implica adesão a valores e a

ações sociais de tipo comunitário que apontam para a construção de uma sociedade mais igualitária. Está explicitado no prospecto da Rede que seu principal objetivo é alcançar a “conciliação entre equidade social, conservação ambiental e desenvolvimento”, ao mesmo tempo que seu entendimento de desenvolvimento sustentável refere-se à sustentabilidade social, econômica e ambiental. O Centro de Agricultura Alternativa – CAA (ONG participante da Rede) se propõe a construir na prática, uma nova proposta de desenvolvimento regional que tem como princípios a valorização da cultura e do saber camponês, o aproveitamento dos recursos naturais utilizando tecnologias agroecológicas que o próprio Centro vem desenvolvendo com base em experiências locais, combinadas com pesquisas científicas e o fortalecimento da organização dos pequenos agricultores. Entendem que a origem dos problemas ambientais, sociais e culturais que hoje enfrentamos está no modelo de sociedade que consolidou uma forma de uma *“relação-sociedade-natureza que é problemática. ...porque a modernidade inaugura novas formas de produção, novas formas de relações sociais, novas formas de relação com a natureza. Onde é que tá a origem dessa modernidade? Tá lá com Descartes, Newton, com a Revolução Francesa, que estabeleceu o início do capitalismo no mundo, com a Revolução Industrial, com a revolução científica... Isto tudo é que formou a ciência moderna que tá aí hoje e que se coloca em cheque, visto todos esses problemas que a gente vem dizendo... E táí, pra mim, a raiz da insustentabilidade... os valores que guiam a modernidade...”* (fala de um participante no Encontro de Montes Claros).

Ao mesmo tempo, estas ONGs têm pela frente o desafio de combinar sua condição de organização sem fins lucrativos com o forte apelo para se tornarem uma alternativa econômica de sustentação dos membros diretamente participantes e das comunidades envolvidas. Esta posição apresenta a difícil equação de produção para mercado, organização comunitária e tecnologia alternativa que preserve o meio ambiente. Esta situação concreta se articula com as propostas do desenvolvimento sustentável e exige uma resposta que possivelmente ultrapassa as três abordagens acima sintetizadas e pode vir a criar outros modelos para o desenvolvimento sustentável. As discussões travadas no Encontro problematizaram as relações externas e pode-se afirmar que procuram uma modalidade de relação

que, ao mesmo tempo que preserva a autonomia das ONGs, promova acordos e parcerias com o setor governamental e com os órgãos financiadores. Aí talvez resida a potencialidade de invenção de um espaço público não-governamental, onde o exercício da cidadania signifique participação com responsabilidade coletiva e desenvolvimento de práticas de tipo comunitário.

No acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas ONGs da Rede Cerrado pudemos constatar que todas, seja qual for sua área de atuação, vinculam de forma orgânica, a perspectiva do meio ambiente aos trabalhos que desenvolvem; todas as atividades têm como eixo a busca do equilíbrio da relação homem/natureza. Esta preocupação se revela de imediato. A dinâmica dos trabalhos dos encontros inclui um momento em que cada ONG apresenta o trabalho que desenvolve, seus objetivos e dificuldades. Invariavelmente, as falas são portadoras de valores que exprimem a insatisfação com o status quo, o desejo de mudança e a busca de qualidade de vida fora dos parâmetros de consumo do mercado e de cuidado com a preservação ou a recuperação de equilíbrio do biosistema do Cerrado.

No encontro de Diorama foram divulgados os resultados preliminares de uma pesquisa² realizada pela Rede Cerrado de ONGs, cujo projeto “Sistematização de Experiências de ONGs Relacionadas com Práticas de Desenvolvimento Sustentável” foi aprovado e financiado pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Estes resultados mostram o grau de comprometimento destas ONGs com a ecologia no sentido abrangente, definido por Guatarrri: há uma preocupação efetiva com as práticas preservacionistas do meio ambiente, um cuidado de exercício da solidariedade e da cooperação mútua nas relações, e uma orientação axiológica que prioriza a responsabilidade social movida pelo “amor ao Cerrado”, expressão utilizada pelos participantes.

² Todos os dados referentes a esta pesquisa encontram-se no Relatório Preliminar para Discussão elaborado pelo consultor Ricardo Ferreira Ribeiro e fornecido pela Rede Cerrado aos participantes do pré-encontro preparatório do Encontro da Rede Cerrado, realizado em Diorama-GO, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 1999.

Os questionários analisados foram respondidos por 53 ONGs e cada uma se autodefiniu de acordo com seus objetivos e área de atuação. Segundo estes critérios, 75% se autodefiniram como ONG de educação popular e ambiental. Ainda que a escola seja o espaço privilegiado e, portanto, professores e alunos sejam o público principal, o trabalho de educação tem uma esfera maior de abrangência, alcançando segmentos diversos da população. São citados como espaços e públicos ampliados os sindicatos, as associações comunitárias, os produtores rurais, turistas, pescadores profissionais, ribeirinhos, etc.

Em segundo lugar estão as ONGs de conservação ambiental, formadas por associações comunitárias e de pequenos produtores, incluindo temas diversos, como desmatamentos, queimadas, uso de agrotóxicos, extrativismo predatório, recuperação e preservação de nascentes, reposição de matas siliars, etc.

Em terceiro lugar, encontramos as ONGs de apoio ao associativismo e à organização comunitária, dada a evidencia de que os trabalhos a que se propõem as ONGs só se viabilizam se contarem com a participação efetiva e ativa das populações, sejam elas constituídas por comunidades urbanas ou rurais, grupos étnicos, ribeirinhos, pequenos produtores, coletadores, pescadores, etc. Este apoio se concretiza por meio de seminários, encontros, reuniões, assessoria na organização e legalização das associações, implantação de alternativas econômicas, incentivo ao beneficiamento e comercialização da produção, etc.

Estes três tipos de ONG ajudam a desvendar os vínculos estreitos entre as questões ambiental e comunitária, e a revelar como são dimensões de um mesmo movimento de busca de soluções alternativas aos problemas sociais de amplas maiorias. Estas alternativas exigem também atenção para a dimensão subjetiva de adesão a valores, crenças e significações constitutivas do tecido social. A questão ambiental politiza a dimensão cultural e se põe como um desafio eminentemente social e político e apenas solucionável se visto na perspectiva de mudança da relação homem/natureza, em que o primeiro é o sujeito que domina seu objeto com fins utilitarista imediatos. O problema de preservação ambiental não se equaciona deixando de lado as desigualdes e iniquidades da ordem social e as orientações axiológicas hegemônicas.

No registro das relações sociais encontram-se as populações pobres, marginais à

dinâmica da produção capitalista e do mercado e que, apenas por meio da organização cooperativa, somando esforços, é que têm alguma chance de enfrentar positivamente seus problemas. Este é um aspecto central e complicado das ONGs, como de resto de todas as modalidades de associativismo: a participação direta e comprometida de seus membros assim como das populações-alvo, freqüentemente se transmuta em participação intermitente ao sabor das oscilações das circunstâncias. Este é justamente o fato que permite colocar em questão o caráter comunitário destas organizações e o seu potencial para viabilizar mudanças substantivas no quadro referencial de valores, nas formas de sociabilidade e na criação de novas significações imaginárias sociais, de modo a contribuir na definição dos rumos do processo de mudança social.

Vamos trazer para o primeiro plano a questão da participação. Há que se diferenciar de imediato as ONGs e as populações-alvo. As ONGs são pouco numerosas e seus membros são indivíduos que, na linguagem de Lash, “se arremessam” em atividades de caráter transformador do status quo, impelidos pela adesão a valores, tais como justiça, igualdade e pelo desejo explícito de provocar mudanças sociais e, freqüentemente, têm algum vínculo com a militância religiosa e/ou partidária. Neste sentido estrito se aproximam do que Lash qualifica como comunidade, porque estão envolvidos por significações, práticas e obrigações compartilhadas, fortemente lastreadas em valores éticos, morais e políticos. Já as populações das comunidades-alvo apresentam situações muito heterogêneas que exigem análises específicas.

Quando se trata de pequenos produtores rurais ou associações comunitárias urbanas, é muito comum que a adesão se dê pela premência de situações muito precárias na luta cotidiana pela sobrevivência. Por isso, não é raro que a participação se esvazie tão logo os benefícios sejam alcançados ou a organização mostre limites ou ineficiência para realizar os objetivos. Ou seja, é uma adesão caracterizada por *interesses* compartilhados, o que na abordagem de Lash, não constitui comunidade. Os interesses não constituem um amálgama para a constituição de laços comunitários de sociabilidade; apenas sustentam a sociabilidade atomizada da sociedade.

Quando se trata de educação ambiental, a expectativa é de alteração nos quadros referenciais de valores pelo processo de criação de novas

significações imaginárias sociais ou de ressignificação das existentes. No caso de um resultado exitoso do processo, podem surgir comunidades entre aqueles que passarem a compartilhar significações e se envolverem em práticas e obrigações comuns investidas de sentimentos sobre as pessoas e os objetos. Estas são questões em aberto, apenas levantadas para maior aprofundamento no decorrer da pesquisa.

No II Encontro, em julho de 97, os trabalhos das quatro comissões temáticas giraram em torno da questão do meio ambiente, como veremos a seguir. A comissão de urbanização problematizou a expansão urbana como consequência do êxodo rural e defendeu a necessidade de, concomitantemente, criar programas de recuperação da qualidade de vida nos centros urbanos, de equipar as zonas rurais com serviços básicos e implementar projetos de produção sustentada, isto é, de preservação e/ou recuperação do meio ambiente.

A comissão de proteção da biodiversidade defendeu a ampliação da visão sistêmica para nortear as ações na área e a necessidade de esforços conjuntos dos setores públicos (federal, estadual e municipal) dos setores empresariais, assim como a participação da comunidade. Apontou também a importância de legislação e regulamentação adequada à defesa e proteção da biodiversidade do Cerrado.

A comissão de educação ambiental e ecoturismo recomendou o treinamento de lideranças locais para dar continuidade às atividades da Rede Cerrado. Definiu como estratégia de ação, principalmente os trabalhos de divulgação, a formação de acervo de publicação sobre o meio ambiente para apoiar as ações pedagógicas e a exploração do ecoturismo como instrumento de educação ambiental.

As discussões da comissão de agroextrativismo sustentável levantaram as dificuldades relativas à produção, ao beneficiamento e à comercialização dos produtos. A estratégia apontada para a superação destas dificuldades é a busca de qualidade diferenciada dos produtos, garantidas por técnicas preservacionistas, resultado de convênios com instituições públicas de pesquisa e parceria com empresas.

O encontro de fevereiro de 99 realizou-se justamente na sede de uma ONG com projeto financiado pelo PPP, em fase adiantada de parceria com a administração local, com a Universidade de Goiás e a Fiocruz e, finalmente,

um sistema de franquia com um laboratório alemão para a elaboração de produtos fitoterápicos. Esta é uma ONG que desenvolve diversas atividades e se estrutura em um sistema de múltiplas parcerias, diferenciadas segundo a atividade. Há a criação, em áreas delimitadas, de animais silvestres da região (cateto, queixada, etc.) com os objetivos conjugados de restauração da flora e da fauna nativas e, ao mesmo tempo, o manejo sustentado para a comercialização da carne. Nestas áreas são cultivadas as espécies de plantas medicinais a serem elaborados nos laboratórios, atualmente em fase de montagem. Há também a criação de tartarugas para comercialização, obedecendo ao manejo indicado de sustentabilidade.

Esta ONG se aproxima, por suas práticas, de uma versão híbrida da classificação apresentada por Viola e Leis (1995) que distinguem as abordagens do desenvolvimento sustentável em três categorias: a estatal, a comunitária e a do mercado. Observamos que esta ONG prioriza a equidade social e a preservação ambiental frente à eficiência alocativa do mercado, porém está empenhada em criar as condições necessárias para a entrada de seus produtos no mercado. Em outras palavras, quer combinar uma forma de organização comunitária (parcerias com equidade distributiva), técnicas preservacionistas e restauradoras do ambiente natural do cerrado com a competitividade de seus produtos no mercado. Estas parcerias são movidas por interesses. Começaram assim e estão se transformando em grupos que compartilham significações, objetivos e práticas que envolvem sentimentos? As práticas de desenvolvimento sustentável constituem um exercício eficaz de vivência comunitária?

Esta é uma situação típica de tensão entre valores referenciais opostos e sua observação pode ser muito reveladora dos intrincados caminhos de construção de novas formas de relações sociais. Há tensões diversas perpassando as práticas dos membros desta ONG; compartilham com as demais ONGs da Rede os valores ético-políticos do ideário ecológico de luta pela preservação e/ou recuperação das condições naturais do cerrado e pela erradicação das iniquidades sociais. Junto com isso, vem a necessidade de organização em moldes cooperativo, respeitando a equidade na produção e distribuição entre os parceiros. Por outro lado, produzem para mercado, portanto, os produtos devem ser competitivos. É um traço das ONGs

não terem fins lucrativos e, neste caso, se ainda não estão auferindo lucro, com o tempo este certamente virá. Que tendência se imporá? A partição equitativa dos rendimentos? Os objetivos e os valores voltados para o coletivo?

O Encontro de junho/99, em Montes Claros, foi aberto por um dia de debates e mesas redondas na Unimontes, com a participação de intelectuais vinculados aos trabalhos das ONGs, de forma orgânica, no presente ou no passado. Ainda que os discursos tenham mostrado uma clara posição crítica à ordem social e às suas iniquidades, a ênfase recaiu na adesão a um projeto de mudanças sociais que se orienta pela busca de justiça social, elevação do padrão material de vida das maiorias excluídas por meio de ações afirmativas que têm como eixo o trabalho comunitário e a solidariedade, organizado nos moldes das práticas de preservação e/ou recuperação do meio ambiente do Cerrado. Esta ONG dedica-se fundamentalmente a um trabalho experimental de cultivo e de criação de animais, com a finalidade de apresentar aos pequenos produtores da região práticas alternativas que, simultaneamente, sejam de produção e de recuperação/preservação do meio ambiente. Os resultados obtidos são divulgados no meio rural por de uma parceria com o sindicato de trabalhadores rurais. Segundo depoimento de um membro da ONG e também pequeno produtor, sem esta parceria seria muito difícil atingir a grande massa dos pequenos produtores. Esta ONG se distingue da ONG de Diorama, anteriormente citada, por orientar seu trabalho, prioritariamente, para a educação político-ambiental das comunidades com as quais está envolvida. É por meio das técnicas alternativas de cultivo e de criação de animais que novos valores são difundidos. No mesmo depoimento, este membro da ONG relatou a mudança de valores pelas quais ele mesmo passou no que diz respeito à sua relação com a natureza e à sua atitude frente ao trabalho comunitário.

Estas duas experiências observadas indicam as diferenças de orientação das ONGs da Rede Cerrado e as dificuldades para uma análise que busque as generalizações. É um universo multifacetado, recortado por tensões e aberto a tendências diversas.

Os contatos e a observação empírica realizada até agora não nos permitem uma análise pormenorizada das práticas das ONGs ambientalista da Rede Cerrado, mas nos

mostraram as linhas de tensão presentes, fornecendo pistas dos elementos que devem ser alvo de nossa atenção.

As ONGs não são ilhas. Estão organizadas em redes e em estreita relação de influências recíprocas com as demais dimensões da vida social e as tendências mais fortes da sociedade inclusiva terão grande peso na tendência que poderá a vir a ser hegemônica, se a comunitária ou a societária.

OBS. Este trabalho (resumido) foi apresentado no X World Congress Rural Sociology em julho/2000 e publicado nos Anais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOWBOR, L. Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços. In: **A REINVENÇÃO DO FUTURO**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERNANDES, R.C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. **Modernização reflexiva**. Rio Claro: UNESP, 1997.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1979.

MIRANDA, O. "O Conceito de Racionalidade em Ferdinand Tönnies". In: **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. - "A Dialética da Identidade em Ferdinand Tönnies" In: **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

VIOLA, E. J. e LEIS, H. R.. "A Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento Sustentável". In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (org.) **Dilemas sócioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

